



PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO

PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO

Algumas das iniciativas mais avançadas do Governo da Bahia estão na diretriz "Promover Políticas de Igualdade e de Direitos com Foco em Etnia e Gênero", que busca contribuir para um maior equilíbrio social do Estado, focando as políticas em segmentos da população expostos a maior fragilidade social, como as mulheres, os negros, os idosos, as crianças e adolescentes e portadores de necessidades especiais, além de indígenas e quilombolas. Com esse objetivo é que um conjunto de ações vem sendo executado desde 2007.

Entre as iniciativas mais relevantes estão as políticas voltadas para a promoção dos Direitos Humanos. Atenção especial vem sendo dedicada ao combate ao tráfico de seres humanos, à garantia dos direitos de vítimas e testemunhas ameaçadas de violência. Segmentos historicamente discriminados, mas que estão sendo objeto de políticas específicas são os indígenas e os quilombolas.

Destacam-se também a adesão à política nacional de combate e prevenção ao uso de drogas, em parceria com o Governo Federal, iniciada em 2009, e a qualificação do pessoal dedicado ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como ao trabalho escravo.

Por meio de parcerias com o Governo Federal, foram ampliados os recursos para a execução desses projetos. Isso produziu resultados mais evidentes

na promoção de políticas para as mulheres que, com o decisivo apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, colocou a Bahia como referência nacional nas estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher.

Parte significativa do trabalho realizado pelo Governo da Bahia foi dedicada ao aumento do número de órgãos municipais de promoção da igualdade racial e de gênero, com ênfase na formação de gestores municipais e apoio na captação de recursos federais que possibilitaram a adoção pelas prefeituras, da agenda de promoção da igualdade.

O Governo da Bahia promove também a defesa dos direitos do consumidor e vem realizando diversas ações com foco no tema. É o caso da educação para o consumo, do atendimento e orientação aos cidadãos e também da realização de fiscalizações.

Em síntese, o Governo da Bahia busca através da presente diretriz promover maior equilíbrio social, enfatizando as ações que contribuem para corrigir desigualdades, proteger segmentos sociais expostos à violência e à exploração e reduzir o passivo social acumulado ao longo de décadas. Nas páginas seguintes estão expostas as principais iniciativas nessa diretriz em 2009.

PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas

O Programa de Proteção a Testemunhas Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência – Provita, é composto de entidades governamentais e não governamentais e é executado na Bahia pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia - AATR, entidade da sociedade civil que coordena as ações de atendimento aos beneficiários da proteção. Os casos devem ser encaminhados ao programa pelo Ministério Público e entidades de Direitos Humanos, e a triagem e o acompanhamento dos casos é responsabilidade de equipe multidisciplinar, selecionados conforme a observância de critérios previamente fixados, tendo sido atendidas, pelo Provita, 101 pessoas, em 44 casos, conforme Tabela 1 abaixo.

Centro de atendimento a vítimas de violência

Em parceria com o Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM, entidade com a qual a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH assinou convênio, foi inaugurado, em abril, o Centro de Atendimento a Vítimas de Violência - Ceav (Salvador), já tendo feito atendimento e gestão de casos a 66 pessoas vítimas de violência.

Programa de proteção aos defensores de Direitos Humanos

Ainda em convênio com o GTNM está sendo implantado o Programa de Proteção aos Defensores dos

Direitos Humanos - PPDDH, cuja equipe executora já está selecionada e capacitada, estando previsto para janeiro de 2010 o início das ações. Este programa, fruto de convênio celebrado entre a SJCDH e a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/PR, dará apoio e acolhimento às pessoas ameaçadas por lutarem em defesa dos direitos humanos.

Programa de proteção à criança e ao adolescente ameaçados de morte

Visando dar atendimento e proteção a crianças e adolescentes que se encontram sob ameaça comprovada, em convênio com o Instituto Beneficente Conceição Macedo – IBCM, está sendo implantado o Programa de Proteção à Criança e o Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM. A equipe executora já está sendo selecionada e o início das ações está previsto para janeiro de 2010.

Enfrentamento ao tráfico de seres humanos

Modalidade trabalho escravo

Em setembro, a SJCDH assumiu a coordenação do eixo “Erradicação do Trabalho Escravo”, da Agenda Bahia do Trabalho Decente. Também foi instituída a Comissão Estadual para o Combate ao Trabalho Escravo – Coetrae, que realizou, em dezembro, a Primeira Oficina pela Erradicação do Trabalho Escravo, com a participação de diversos setores envolvidos com esta temática, ocasião na qual foi apresentada a versão preliminar do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado em parceria com a Secretaria do Trabalho - SETRE e outros órgãos.

TABELA 1

ATENDIMENTOS DO PROVITA
BAHIA, 2009

ATENDIMENTOS	CASOS	PESSOAS
Casos encaminhados	22	33
Casos estaduais	12	32
Casos em triagem	2	5
Casos do programa federal	3	13
Casos de permutas	5	18
TOTAL	44	101

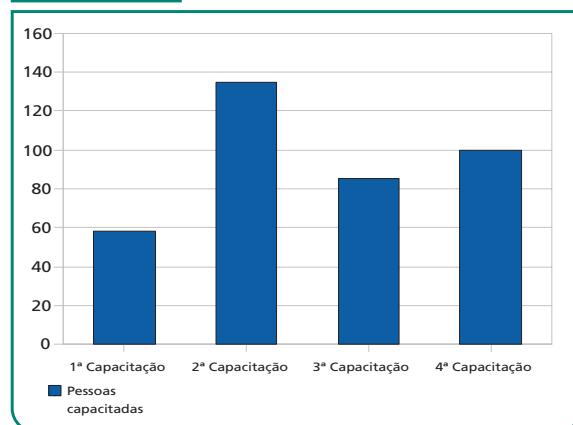
FONTE: SJCDH/SUDH

Modalidade exploração sexual

Foram realizadas, em parceria com o Instituto Latino-americano de Direitos Humanos – ILADH, o Instituto Aliança e o Instituto Winrock, três Oficinas de Capacitação para integrantes da rede governamental e da sociedade organizada de proteção à infância e adolescência, qualificando quanto à metodologia de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de tráfico para fins de exploração sexual. Além disso, em novembro, a SJCDH apoiou a capacitação de 100 policiais rodoviários estaduais, realizada pela Secretaria de Segurança Pública – SSP, também para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

**CAPACITAÇÕES COM O TEMA
ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO
DE PESSOAS - BAHIA, 2009**



Fonte: SJCDH/SUDH

Visando à construção de uma política estadual intersetorial de enfrentamento ao tráfico de seres humanos, foi iniciada a elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no âmbito do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. O lançamento deste plano está previsto para o primeiro semestre de 2010. Para subsidiar a elaboração do referido plano, a SUDH realizou, em outubro, a “Oficina para Construção do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, em parceria com o Instituto Winrock.

Acompanhamento e gestão de casos de violação de Direitos Humanos

Cabe a SJCDH, através da Coordenação de Gestão da Política de Direitos Humanos da Superintendê-

cia de Direitos Humanos – SUDH, implementar estratégias e mecanismos de recebimento de denúncias de violações de direitos humanos, adotando medidas de encaminhamento e monitoramento dos interesses individuais, coletivos e difusos, em articulação com o Ministério Público Estadual – MPE, a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE, a SSP e outros órgãos e entidades pertinentes, inclusive organismos internacionais.

Em 2009, foi feita a gestão de quatro casos internacionais, abaixo descritos:

Caso jornalista Manoel Leal de Oliveira

No que se refere ao caso do jornalista Manoel Leal de Oliveira, assassinado em 1998, no município de Itabuna, foram envidados esforços para cumprir as recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, da Organização dos Estados Americanos - OEA. Em setembro de 2009, uma homenagem *in memoriam* ao referido e aos demais jornalistas vítimas de homicídio na década de 1990, na Bahia. Ainda atendendo às recomendações, o Governo do Estado enviou um projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo o pagamento de uma indenização aos familiares do jornalista Manoel Leal. E, quando da aprovação desse projeto de lei, será realizado um ato, para publicizar o reconhecimento do Estado à importância de garantir o livre exercício do jornalismo. Até 2010, pretende-se cumprir todas as recomendações da CIDH, referentes a este caso.

Caso Ronaldo Santana de Araújo

Também está sendo acompanhado junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, o assassinato do jornalista Ronaldo Santana de Araújo, ocorrido em 1997, no município de Eunápolis. Além disso, foram feitas gestões junto ao Ministério Público Estadual, SSP e Tribunal de Justiça – TJ-Bahia, para obtenção das respostas necessárias visando informar à Assessoria Internacional da SEDH-PR a respeito do andamento do caso nestas instâncias.

Caso da explosão da fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus

Com o fito de implementar as propostas da solução amistosa firmada em 2007 com a Corte Interamerica-

na de Direitos Humanos - CIDH, em relação à explosão da fábrica de fogos no município de Santo Antônio de Jesus, ocorrida em 1998, o Governo Estadual criou grupos de trabalho, com o objetivo de propor políticas públicas para gerar emprego e renda no município e para fiscalizar o fabrico clandestino de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus.

O referido grupo já está revisando proposta de alteração do Decreto nº 6.465/1997, elaborada intersetorialmente e consolidada pela Procuradoria Geral do Estado, que dispõe sobre a regulamentação do fabrico, comércio e uso de fogos de artifício e pirotécnicos no Estado da Bahia. Além disso, o GT deverá estabelecer ações e metas para a solução amistosa, a partir de três eixos complementares de intervenção: repressão ao fabrico ilegal de fogos de artifício e pirotécnicos, prevenção de novos casos de acidentes e assistência às vítimas.

Foram feitas gestões de articulação junto às demais pastas governamentais, a fim de que sejam viabilizadas políticas públicas integradas para que a solução amistosa seja concretizada, no que cabe ao Estado da Bahia. Como resultado desta articulação, a Secretaria da Saúde - SESAB autorizou, em dezembro de 2009, o agendamento de avaliação clínico-cirúrgica para as vítimas do acidente.

Também em 2009, a SJCDH fez gestões junto ao Superior Tribunal de Justiça, para que fosse acelerada a decisão deste órgão, no que tange ao desaforeamento do Processo para a Comarca de Salvador, fato que ocorreu em novembro.

Hirma Rocha e Tiago R. da Silva (Peticionários)

Também está sendo acompanhado junto à CIDH, o homicídio contra José Geraldo Araújo, cometido dentro de uma delegacia de polícia, em 1994, no município de Mucuri. Foram feitas gestões junto aos órgãos responsáveis quanto a informar à Assessoria International da SEDH-PR a respeito do andamento do caso, tendo obtido as respostas necessárias do MPE e do TJ-BA, com relação ao Processo Civil e quanto à manifestação da SSP a cerca dos autos. Também foram feitas gestões junto ao MPE e TJ-BA para que estes órgãos informem, devidamente, quanto à Persecução Criminal.

PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Educação em Direitos Humanos

Instituído informalmente em 2007, com a função de planejar e acompanhar a execução de uma política de educação em Direitos Humanos, o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos elaborou o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, cuja publicação está prevista para ser lançada em março de 2010. Além disso, deu apoio a diversos eventos de promoção da cidadania e educação em Direitos Humanos realizados por outros organismos governamentais e por entidades privadas sem fins lucrativos.

Parcerias para promoção da transversalidade dos Direitos Humanos

Cultura

A SJCDH, através da SUDH e do Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais J.J. Calmon de Passos - Cedhap, realizou um curso básico em direitos humanos para agentes culturais, alcançando 30 representantes dos projetos selecionados no Edital Cultura e Direitos Humanos e outros três editais lançados pela Fundação Cultural do Estado - Funcub. Estes editais alcançaram 32 cidades, vinculadas a 19 dos 26 Territórios de Identidade da Bahia, tendo tido 81 projetos inscritos.

Prevenção ao uso de drogas e violência

Em 2009, o Governo do Estado instituiu a Comissão Gestora Estadual do Programa Federal "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência", proposta pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas da Presidência da República, com a participação de diversas Secretarias Estaduais, Conselho Estadual de Entorpecentes, além das Prefeituras Municipais de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Essa Comissão elaborou e encaminhou à Governadoria o Plano Operativo Tripartite do referido programa federal, cuja execução está prevista para ser iniciada em fevereiro de 2010.

Além disso, foi elaborado, em parceria com a Universidade Federal da Bahia - Ufba o "Projeto do Barro", que consiste em um projeto social

de atendimento, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho de 200 jovens em situação de risco social e pessoal, moradores de comunidades carentes – Tancredo Neves e Nordeste de Amaralina. Após “pactuação” preliminar, o referido projeto foi encaminhado à Casa Civil/Funcep, em dezembro de 2009, para financiamento.

Identificação civil

A parceria firmada em novembro de 2008 entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a instalação de um Posto do Instituto de Identificação Pedro Mello na Penitenciária Lemos de Brito foi reafirmada em 2009 com a emissão de 240 carteiras de identidade para internos, garantindo, mais uma vez, o respeito à cidadania daqueles que estão sob a tutela do Estado, como também maior controle do Estado em relação a estes indivíduos.

A identificação civil também foi levada aos municípios baianos, através do serviço SAC Móvel, em parceria com a Secretaria de Administração do Estado. Apenas em um dos muitos programas assistidos pelo IIPM, no Programa Nacional para Documentação do Trabalhador Rural - PNDTR, feito em parceria com o Incra/MDA, foram emitidas 1.069 carteiras de identidade, além de outros documentos (Tabela 2).

O trabalho da Secretaria da Segurança Pública, através do Instituto de Identificação do Departamento de Polícia Técnica, também tem apoiado

o esforço do Estado no Programa de Erradicação da Subnotificação do Registro Civil de Nascimento. Desta forma, além de ser membro permanente do Comitê Estadual Gestor para a Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento, a SSP participa ativamente do processo de inclusão para a cidadania, com a emissão do Registro Geral de Identificação Civil - RG.

O objetivo desta política de ampliação e resgate da cidadania é a mobilização organizacional, social e comunitária formada para atendimento de pessoas que não possuem documentos como Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física - CPF, Título Eleitoral e Carteira de Trabalho.

Nessas ações, o poder público estadual se encarrega de promover articulação entre suas próprias Secretarias com o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o poder público municipal, assegurando que a comunidade local tenha, em sua plenitude, a presença do Estado e seus serviços, garantindo, se necessário, a presença do Juiz, Oficial de Cartório, Promotor da Comarca, outras autoridades, servidores públicos e agentes comunitários.

Outra parceria que merece registro é a existente entre as polícias e o setor turístico da Bahia. Uma evidência disto foi a doação feita pelo Hotel Pestana Convento do Carmo ao 18º Batalhão da Polícia Militar do Centro Histórico de Salvador, de um veículo de golfe, adaptado e pilotado como viatura policial para reforçar o patrulhamento na região do Pelourinho e Centro Histórico.

TABELA 2

**CADASTRO CIVIL DE PESSOAS EM MUNICÍPIOS DISTANTES, COM PERFIL AGRÁRIO
BAHIA, 2007–2009**

ANO	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	PESSOAS IDENTIFICADAS
2007	4	1.208
2008	20	7.555
2009	5	1.069
TOTAL	29	9.832

FONTE: SJCDH/SUDH

Políticas para os povos indígenas

A SSP, como membro permanente do Grupo Executivo Intersetorial – GEI, criado com o objetivo de propor a execução de ações integradas voltadas para os povos indígenas no âmbito do Governo do Estado da Bahia, tem participado da construção do Plano Operativo de Trabalho para o ano de 2010, em articulação com outras secretarias, sob a orientação da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos – SUDH, através da Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas.

Este ano, além do acolhimento de demandas específicas de algumas comunidades, a representação da SSP no GEI foi fundamental para o encaminhamento de algumas ações relacionadas à investigação, como a apuração das circunstâncias da morte de índios em Porto Seguro e Delegacia de Cabrália.

Outra evidência importante desta política foi o resultado das ações direcionadas à capacitação em conhecimentos jurídicos, como a realização de palestra em março de 2009, para mulheres indígenas sobre a Lei Maria da Penha e a violência doméstica familiar, em Santa Cruz Cabrália.

A SSP também participou do encaminhamento da solicitação de melhorias das condições de

segurança das comunidades indígenas do Extremo Sul do Estado.

Para 2010 foram pactuadas ações voltadas à identificação civil de índios e o fortalecimento dos serviços de segurança pública que possam beneficiar municípios que abrigam comunidades indígenas (Quadro 1).

Núcleos de Direitos Humanos

Priorizando a promoção dos direitos humanos, o Governo do Estado implantou, a partir de 2007, dez Núcleos de Direitos Humanos - NUDH, cinco na capital (Estação de Transbordo do Iguatemi – transferido para o Shopping Salvador, Pelourinho, Lobato, Cajazeiras e Centro Administrativo da Bahia) e cinco no interior (Ipirá, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus e Valença), criando assim uma política inclusiva na área de direitos humanos inexistente na estrutura do Estado até o início do atual governo. Em 2009, esses núcleos prestaram, até o mês de novembro, 10.735 atendimentos nas áreas psicossocial, jurídica e de mediação de conflitos como prevenção à violência, significando um aumento de 156,9%, em relação ao número de atendimentos realizados no ano de 2008.

Dentro desse quantitativo de atendimentos também constam aqueles realizados pelas equi-

QUADRO 1

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA VOLTADAS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS
BAHIA, 2009

AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA VOLTADAS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

AÇÃO	META	MUNICÍPIOS	ÓRGÃO EXECUTOR
1 - Garantir a identificação civil para população indígena	100% de atendimento à população indígena	Banzaê, Quijingue Cabrália e Ilhéus	SSP/DPT, através do Instituto de Identificação Pedro Mello - IIPM postos e SAC/Móvel
2 - Fortalecer as ações de segurança pública nos municípios com população indígena.	7 municípios atendidos	Banzaê, Ribeira do Pombal, Quijingue, Cabrália, Santa Rita de Cássia, Porto Seguro e Ilhéus	SSP/PC/PM

Fonte: arquivo SIAP

pes do NUDH, em ações itinerantes. A partir de contatos com lideranças comunitárias, ou participação em eventos promovidos por outras entidades, as equipes se deslocam dos postos onde estão lotadas para atender nas comunidades. Foram realizados, neste exercício, 30 NUDH Itinerantes.

Com recursos do Convênio com a SEDH/PR, e em parceria com a Casa do Aposentado, em abril, foi inaugurado o Núcleo de Direitos Humanos de Atendimento à Pessoa Idosa Vítima de Violência, onde já foram atendidos 559 idosos.

Em 2009, foi celebrado convênio federal com a SEDH/PR, para a implantação de um NUDH especializado no Combate à Homofobia, em Vitória da Conquista, tendo sido também firmado convênio estadual com a prefeitura daquele município para implementação das ações do referido NUDH. Também foram captados recursos federais, através de Emenda Parlamentar, para a implantação e implementação de mais dois NUDH especializados no combate à homofobia: um em Salvador e outro em Feira de Santana.

Mobilização para erradicação do sub-registro civil de nascimento

O Governo do Estado da Bahia, atendendo a uma demanda nacional, tem mobilizado esforços para erradicar o sub-registro civil e facilitar o acesso à documentação civil básica. Para implementar ações nesse sentido, foi criado, em março, o Comitê Gestor Estadual do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, que é coordenado pela SJCDH e conta com financiamento da União, através da SEDH/PR.

Para facilitar o acesso ao registro civil e à documentação civil básica, em paralelo à elaboração do Plano de Ação do Comitê, buscou-se parcerias com outros órgãos públicos, a exemplo do Tribunal de Justiça da Bahia, para implantar postos de registro civil em maternidades e capacitar os servidores que atuarão nesses postos. Como também foram realizados mutirões nos municípios de Lajedinho, Serrinha, Tucano e Teofilândia, resultando na emissão de 57 novos registros de nascimento, 500 Registros Gerais

- RG, 120 Cadastros de Pessoa Física - CPF e 276 Carteiras do Trabalho e Previdência Social - CTPS. Novos mutirões já estão programados para diversos municípios.

Como parte das atividades em comemoração ao aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 13 de dezembro de 2009, foi realizado, em parceria com outras entidades, um mutirão para emissão de documentação civil básica para adolescentes internos na Casa de Acolhimento Socioeducativo - Case, localizada no bairro de Tancredo Neves (Salvador), resultando na confecção de 75 - RG, 45 - CPF e 48 - CTPS.

Justiça Comunitária

Em 2009, a SJCDH celebrou convênio com a Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, tendo como objeto a implantação e implementação de cinco Núcleos de Justiça Comunitária, três em Salvador, um em Lauro de Freitas e um em Camaçari. Este Projeto tem por objetivo, além de atendimento psicossocial e jurídico à população, a seleção e qualificação de agentes comunitários locais, em bairros em situação de pobreza, com altos índices de violência, que devem, sob supervisão e monitoramento adequados, atuar na mediação de conflitos e no encaminhamento adequado de casos para as políticas públicas pertinentes.

Projeto Memórias Reveladas

Com o objetivo de elaborar o Projeto Estadual "Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985)", foi instituída a Comissão Especial Memórias Reveladas. Foram realizadas buscas de documentos sobre o período. Sob a tutela do Grupo Tortura Nunca Mais, foi encontrada a documentação, reunida em 22 caixas. Também foram encontrados documentos no Centro de Documentação e Estatística Policial-Cedep.

No Conselho Penitenciário do Estado da Bahia foram identificados 28 autos referentes a pedidos de livramento condicional de presos políticos, da época da Ditadura Militar, além de fichas catalográficas. Na Penitenciária Lemos Brito foram localizados 11 prontuários de presos polí-

ticos. Finalmente, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro doou cerca de 1.128 folhas de documentos digitalizados que foram produzidos pelas Polícias Políticas da Bahia, entre 1930 e 1965.

Com relação à missão de elaborar projetos de divulgação, controle de informação e preservação de acervos, visando a disponibilização de dados e de imagens digitais de documentos de interesse do Projeto Estadual “Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985)”, a Comissão produziu o documentário “Memórias reveladas: 30 anos de anistia”, apresentado no evento: “Memórias Reveladas: 30 anos de Anistia”, realizado no Forte de Santo Antônio Além do Carmo, Salvador, em agosto de 2009. A Comissão também apoiou a produção da exposição “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964-1985”, produzida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – PR e organizou ato em homenagem aos 40 anos de morte de Carlos Marighella, em novembro de 2009, em parceria com a SEDH-PR.

Apoio ao Conselho Estadual de Entorpecentes

Em 2009, a SJCDH, manteve a ação de apoio ao Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen. Foi apoiada a realização da Semana Estadual Sobre Drogas, quando foi realizado o Seminário Estadual Sobre Drogas.

A partir de convênio firmado entre a SJCDH e a Associação Baiana de Apoio à Prevenção, Terapia, Estudos e Pesquisas do Abuso de Drogas – Abapeq está sendo implantado o “Observatório Baiano sobre Substâncias Psicoativas – Observa – SPAS”, para desenvolver pesquisas, sistematizar e divulgar o conhecimento disponível sobre o uso de substâncias psicoativas e fenômenos associados, no âmbito do Estado da Bahia.

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

O Governo do Estado dedicou especial atenção aos povos indígenas, em 2009. A Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas – CPPI, da SJCDH,

tem a função de articular as diversas políticas públicas que envolvem as populações indígenas da Bahia, sendo criado neste ano o Grupo Executivo Intersetorial – GEI formado pelas secretarias e órgãos SJCDH, SEPROMI, SEC, SESAB, SSP, SRH/INGÁ, SEDIR, SETRE, SEAGRI, SEDES, SEINFRA, SEDUR, SECULT e SECTI, voltado para a execução de ações em benefício dos povos indígenas que, neste exercício, realizou seis reuniões.

Construção da política estadual para os povos indígenas

Documento “Povos indígenas e Governo da Bahia” – Como resultado do trabalho do GEI, foi elaborado e publicado o documento “Povos Indígenas e Governo da Bahia – recomendações para uma política pública de respeito e inclusão”, objetivando atender às demandas dos Povos Indígenas no Estado da Bahia, além de subsidiar os gestores estaduais quanto ao planejamento de ações preventivas em relação ao surgimento de novos problemas que possam afetar esses Povos.

Plano de Trabalho Operativo – 2010

A partir das Recomendações propostas no documento supramencionado, e das “pactuações” efetuadas pelo GEI, a CPPI/SJCDH elaborou o “Plano de Trabalho Operativo (PTO) – 2010”, no qual estão relacionadas as ações que serão implantadas e implementadas em 2010, estrategicamente selecionadas pelas Secretarias de Estado, entre as diversas demandas dos povos indígenas, e com a necessária transversalidade voltada à melhoria da qualidade de vida desse segmento populacional. Este plano foi apresentado às lideranças de todos os povos indígenas da Bahia, na Governadoria, em dezembro de 2009.

Conselho Estadual de Políticas para os Povos Indígenas

Ainda em 2009, foi encaminhada à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Políticas para os Povos Indígenas que, aprovado pelo Poder Legislativo, será de fundamental importância para a construção e monitoramento de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional.

Mediação entre os povos indígenas e gestores estaduais

Foi realizado um intenso trabalho de articulação de reuniões entre lideranças indígenas e gestores estaduais. Estes encontros foram cruciais para que as demandas indígenas chegassem às diversas Secretarias de Estado, fato inédito na história da Bahia. Este processo de interlocução possibilitou a proposição de ações voltadas ao atendimento a estas demandas, relacionadas a questões fundiárias, de acessibilidade aos meios de educação, saúde, cultura, habitação, infra-estrutura, saneamento, desenvolvimento urbano, agricultura, desenvolvimento rural, segurança alimentar, igualdade e direitos, ou seja, aos problemas relacionados ao processo de desenvolvimento humano, gerais e específicos.

Apoio a eventos relacionados com a temática indígena

O Governo do Estado, em 2009, dentro da política de apoio aos povos indígenas, realizou as seguintes ações:

- Os "Jogos Indígenas Pataxó", realizado na Aldeia Indígena Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, que reuniu cerca de 2.500 pessoas;
- A Festa do Amaro, manifestação cultural tradicional do povo Pankararé, realizada no final de outubro e início de novembro, no Raso da Catarina, município de Glória, com a participação de 300 pessoas;
- O evento "Intercâmbio entre o Mar e o Sertão indígena e Afro-baiano" na Casa da Música, realizado em Salvador, em agosto de 2009, quando foi apresentado, aos 150 participantes, registros sonoros gravados e em "canto ao vivo", dos povos Kaimbé e Pataxó;
- A "Feira de Cultura Kaimbé", cuja 6ª edição foi realizada em setembro de 2009. Neste espaço de expressões culturais, iniciativa do povo Kaimbé, permeia a interlocução entre diversos povos indígenas, a exemplo dos Kiriri (Bazaê), Tuxá (Rodelas) e do povo Pankararu do Estado de Pernambuco, através das suas danças, cantos, toques, trabalhos artesanais e apresentação documental, como produtos de pesquisas e de mapeamento cultural das diversas etnias;

- Acompanhamento do julgamento, no Supremo Tribunal Federal, da ação envolvendo o território do povo Pataxó Hã Hã Hãe, localizado nos municípios de Pau Brasil, Camacã e Itaju do Colônia;
- Reuniões na área indígena Tupinambá de Olivença, para mediação de conflitos decorrentes da publicação do relatório da Fundação Nacional do Índio - Funai para demarcação destas terras e ações violentas da Polícia Federal;
- Participação na Oficina de formação continuada "Criança e Adolescente Pataxó, Realidade Sociocultural e Ambiental", reunindo 60 pessoas na Aldeia Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, como parte do projeto Território de Proteção da Criança e do Adolescente;
- Apoio e participação do Estado em ações de organização e debate dos povos indígenas como o Seminário de Avaliação das Articulações Desenvolvidas pela Apoinme - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, na cidade de Ilhéus; reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em Santa Cruz Cabrália; e Reunião ampliada do Fórum de Educação Escolar Indígena, na Aldeia Caramuru Paraguaçu, município de Pau Brasil, com 400 participantes;
- Participação no I Seminário de Cidadania dos Povos Indígenas, realizado através do Programa de Desenvolvimento Social de Povos e Comunidades Tradicionais, na cidade de Ilhéus, com a participação de 150 pessoas. O Seminário é a instância prioritária de interlocução entre os povos indígenas e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza - SEDES e objetiva a construção da política pública para as 14 etnias do nosso Estado.

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atendendo às reivindicações da sociedade civil, o Governo do Estado criou, em 2007, a Coordenação de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Cordef, com o objetivo de promover a articulação com os diversos setores do poder público para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas voltadas para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência e sua inclusão na sociedade.

Sensibilização e qualificação para a construção de uma cultura de respeito e inclusão

Foram realizadas capacitações, palestras e seminários sobre direitos das pessoas com deficiência para diversos segmentos sociais, totalizando, no ano de 2009, cerca de 2.300 pessoas capacitadas. Entre esses eventos os que mais se destacaram, pelos desdobramentos que tiveram na sociedade, foram os seguintes:

- Capacitação de 15 diretores e fiscais do Procon-BA para atender pessoas com deficiência e fiscalizar as condições de acessibilidade no Estado da Bahia;
- Capacitação do Benefício de Proteção Contínua - BPC na Escola, em abril e em agosto de 2009, de 300 agentes multiplicadores provenientes de 276 municípios baianos, visando desenvolver ações conjuntas para a superação de barreiras físicas e a permanência de pessoas com deficiência;
- Capacitação de 600 professores da rede pública de ensino do município de Lauro de Freitas;
- Capacitação de 300 pessoas, no Fórum Municipal de Mairi, sobre os direitos da pessoa com deficiência;
- Realização de um ciclo de dez palestras sobre temas relativos às pessoas com deficiência, atingindo um público de 700 pessoas, em Salvador;
- Seminário de Inclusão Social da pessoa com deficiência, capacitando 200 pessoas, no Município de Itanhém;
- Capacitação de 257 servidores públicos estaduais sobre Direitos Humanos e pessoas com deficiência, no Cedhap, em Salvador;
- No dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, em outubro de 2009, foi realizada uma passeata promovida pela Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador – Cucas, envolvendo cerca de 70 pessoas com deficiência, para sensibilizar a população para a questão da acessibilidade.

Acessibilidade

No ano de 2009, o Governo do Estado da Bahia assinou o termo de adesão à campanha de acessibilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conade, durante

realização do jogo Bahia X Vitória. Esta ação foi de fundamental importância para a promoção e divulgação dos direitos humanos, sensibilizando a sociedade para as necessidades de eliminar as barreiras que impedem as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de participarem efetivamente da vida em sociedade. Em outubro de 2010, o município de Lauro de Freitas também assinou a adesão à campanha.



Capacitação com fiscais do Procon

Crédito: Danielle Rodrigues

Promoção da igualdade para pessoas com deficiência

Em parceria com a SETRE foi realizada, em 2009, a Oficina de Planejamento da Promoção de Igualdade da Pessoa com Deficiência, da Agenda Bahia do Trabalho Decente, que teve como objetivo subsidiar a construção do Plano de Ação Promoção da Igualdade para Pessoas com Deficiência – eixo da referida Agenda, envolvendo cerca de 100 pessoas.

O Plano de Ação Promoção da Igualdade para Pessoas com Deficiência, acima referido, foi finalizado, apresentado à Agenda Bahia do Trabalho Decente em dezembro de 2009, e aprovado em plenária. Há previsão para sua publicação no primeiro semestre de 2010.

Apoio a atividades da sociedade civil

O Governo do Estado, buscando fortalecer as instituições democráticas e estreitar as relações com a sociedade civil, vem apoiando diversas deliberações do Coede, destacando-se a realização de uma Audiência Pública sobre passe livre para pessoas com deficiência. O evento, organizado pela Cordef-SUDH-SJCDH, ocorreu em novembro de 2009, e teve

por fim promover a discussão entre representantes da sociedade civil, de órgãos do Governo Estadual e empresas responsáveis pelos diversos meios de transportes acerca do implemento do benefício no Estado da Bahia, suas implicações, condições, alcance e meios que permitam seu custeio. Contou com a participação de cerca de 80 pessoas. Além disso, a ação conjunta da Cordef-SUDH-SJCDH apoiou e participou da realização dos eventos:

- Seminário de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, no município de Itanhém, em novembro de 2009, com a presença de 200 pessoas, que resultou no Projeto de Lei de criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- II Congresso Baiano de Educação Inclusiva, no âmbito do III Fórum Internacional para Pessoas com Surdez, Cegueira e Deficiência Múltipla Sensorial, em dezembro de 2009, com a participação de cerca de 400 pessoas;
- 13º Seminário de Acessibilidade e Cidadania de Salvador, em dezembro de 2009, com a participação de cerca de 600 pessoas;
- Campeonato Baiano de Basquete em Cadeiras de Rodas, em dezembro de 2009;
- I Encontro Estadual de Mulheres Cegas, em dezembro de 2009, com a participação de cerca de 60 pessoas;
- I Encontro Estadual de Pessoas com Albinismo, em maio de 2009, com a participação de 90 pessoas;
- 1º Open Clínica de Bocha – Paraolímpiadas da Região Nordeste, em dezembro de 2009, com a participação de cerca de 100 pessoas.

Atendimento direto a população com deficiência

Em parceria com os Núcleos de Direitos Humanos, foram atendidos cerca de 100 usuários com deficiência, durante o ano de 2009, no intuito de garantir que esse segmento da população tenha direitos efetivados.

Como resultado de uma ação conjunta com a Cordef foi efetuada uma Oficina voltada para o diagnóstico situacional das condições de garantia dos direitos humanos dos índios com deficiência, com a possibilidade de encaminhamento destas pessoas para as políticas públicas pertinentes. Presentes, na Oficina, cerca de 150 pessoas.

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS IDOSAS

Até 2050 estima-se que haja um aumento de 20,6% da expectativa de vida, no país, o que reforça a preocupação em preparar as condições para assegurar à pessoa idosa os seus direitos referentes à saúde, educação, esporte e lazer, profissionalização e trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte, como estabelece a Lei nº 10.741 de 2003, Estatuto do Idoso.

Foi intenso, em 2009, o esforço do Governo do Estado para mobilizar os diversos segmentos sociais, na Bahia, para discutir e propor políticas públicas para as pessoas idosas. Foi dado total apoio ao Conselho Estadual do Idoso - CEI e criada, ainda informalmente, no âmbito da SJCDH/SUDH, a Coordenação Executiva dos Direitos da Pessoa Idosa, para acompanhar as questões do segmento. Das ações realizadas, beneficiando esse segmento populacional, no ano de 2009 merecem ser ressaltadas:

Parcerias com outros órgãos governamentais

- Participação no Grupo de Atuação Especial em Defesa dos Direitos dos Idosos – Geido, formado pelo Ministério Público, com representantes da SEDES estadual e municipal, INSS, SJCDH e VISA. O Geido objetiva tratar de questões afetas às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, fomentando discussões para a melhoria das condições de abrigamento de pessoas idosas e realizando visitas técnicas nas ILPI, para orientações e solicitações de ajuste de conduta;
- Em novembro, o Geido realizou visitas ao Abrigo São Lázaro e ao Centro Dourado da Fraternidade, visando a melhoria das condições de abrigamento de seus moradores, através de orientações para ajustes de conduta;
- Em dezembro, foi realizada uma reunião ampliada do Geido com a presença de diversas ILPI de Salvador, com o mesmo fim;
- Apoio ao lançamento, em agosto de 2009, da pesquisa sobre as 301 Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI identificadas na região Nordeste. Realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Re-

pública, a pesquisa fez um diagnóstico das condições de vida de 8.400 idosos desta região que vivem em instituições de longa permanência. O estudo, que apresenta subsídios para que sejam traçadas ações governamentais, identificou na Bahia 82 ILPI, a maioria delas mantidas por instituições filantrópicas e que recebem algum tipo de apoio financeiro, de órgãos públicos;

- Realização, em setembro de 2009, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH-PR, do 7º Encontro Nacional da Pessoa Idosa, que reuniu, em Salvador, cerca de 400 conselheiros estaduais e municipais de diversos estados brasileiros. No evento, foi aprovada a Carta de Salvador, com 20 propostas prioritárias para melhorar a qualidade de vida dos que possuem mais de 60 anos. A Carta foi entregue ao Conselho Nacional do Idoso, vinculado à estrutura da SEDH-PR.

Promoção de uma cultura de respeito e cidadania

Em 2009, a SJCDH através da SUDH promoveu a comemoração do Dia Nacional e Internacional do Idoso. A cerimônia, com cerca de 800 participantes, no Teatro Castro Alves, teve também a entrega do Prêmio José Ramos de Queiroz a Dra. Marcia Telma, titular da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso – Deati e ao Nzinga – Centro Dourado da Fraternidade, pela atuação na defesa dos direitos das pessoas idosas no Estado da Bahia.

Apoio a ações da sociedade civil

- Participação, em novembro de 2009, no Ceará, do I Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Apoio à realização do evento de confraternização dos grupos de convivência do Núcleo Interinstitucional de Ação Pró-Idoso – Niapi, em novembro de 2009, no SESC-Piatã, com a presença de aproximadamente 400 idosos. O evento contou também com o apoio da ASAP-CAP e SESC;
- Apoio à realização do III Festival Internacional da Maturidade – Maturifest, em dezembro de 2009, no Centro de Convenções, evento no qual foram discutidas políticas e projetos sociais para a maturidade.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Prevenção e enfrentamento da violência

Em 2009, a SEPROMI deu continuidade à parceria estabelecida com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, visando à consolidação de uma política ancorada no Pacto Estadual pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Além da coordenação e o monitoramento das ações das secretarias estaduais nesta área, a SEPROMI deu maior ênfase à segunda etapa da Campanha Violência contra a Mulher. A Bahia diz Não; a territorialização das ações de prevenção à violência, e à reestruturação da Rede Estadual de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Dentro deste esforço, também foi dado início ao desenvolvimento de um Sistema Estadual de Informação sobre a violência contra a Mulher, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados da Bahia - Prodeb.

Campanha de enfrentamento à violência contra a mulher

Em continuidade à Campanha Violência contra a Mulher. A Bahia diz Não, foi elaborada e amplamente distribuída a cartilha Tem Dendê na Roda, fruto do trabalho conjunto com a Associação de Baianas de Acarajé e Mingau – Abam e o grupo Nzinga de Capoeira Angola.

Esta etapa da campanha teve como objetivo principal ampliar o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha (Lei N°. 11.340 de 09/08/2006) e o Serviço Ligue 180, tendo como referência o diversificado público atingido pelas baianas de acarajé e os mestres capoeiristas. A adoção de símbolos culturais populares e de linguagem coloquial em muito contribuiu para que mais mulheres e homens tivessem acesso ao conteúdo da lei, às medidas protetivas que ela prevê, bem como a informações sobre os serviços e equipamentos disponíveis para as que se encontram em situação de violência.

Prevenção e combate à violência contra a mulher

Com o advento da Lei Maria da Penha, o trabalho da SSP também tem sido voltado para qualificação de policiais, não só os que trabalham diretamente nas

unidades especializadas, mas sobretudo aqueles que estão empenhados nas atividades das Delegacias Territoriais nos bairros e municípios baianos.



Atos de abuso e violência

A militância na defesa e transformação de uma cultura voltada ao reconhecimento dos direitos humanos, especialmente os relacionados ao gênero, têm estimulado as mulheres a dizerem não à violência doméstica, procurando a ajuda da Polícia, do Ministério Público e da Justiça, numa incansável luta contra as ameaças, agressões, estupros, perpetrados pelos seus próprios companheiros e maridos.

No trabalho de consolidação da cultura de defesa dos direitos das mulheres, merece destaque o evento denominado Marco Mulher, articulado pela Secretaria de promoção da Igualdade - Sepromi, realizado nos dias 03, 08 e 28 de março de 2009 com a participação ativa de várias Secretarias do Estado. Na ocasião houve a disponibilidade de serviços oferecidos pelos órgãos da SSP, tais como os das Delegacias de Atendimento a Mulher - Deam, através da Delegacia Móvel, o Projeto Viver, que faz o acolhimento a pessoas em situação de violência sexual, e do Centro Maria Felipa, que é um centro de referência à mulher policial militar. Além de Salvador, a ação também esteve presente em outros municípios do Estado, como Camaçari, Candeias, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Pau-Lo Afonso, Barreiras e Jequié.

Este ano também foram encaminhados pela SSP, para busca de financiamento, sete projetos especialmente direcionados à Secretaria Nacional de Política para as Mulheres.

Mobilização para adesão ao Pacto Estadual

Uma primeira avaliação da mobilização para adesão ao Pacto Estadual, realizada em conjunto com a SPM/PR, resultou na repactuação com as prefeituras municipais e órgãos estaduais envolvidos. Este processo visou, principalmente, possibilitar uma abordagem mais centrada na complementaridade dos serviços e, em consequência, na otimização da execução dos recursos federais disponíveis para a implementação da política no Estado da Bahia, no que se refere à instalação e manutenção de novos equipamentos e serviços.

Sendo assim, a partir da adesão de 37 municípios ao Pacto, ainda no ano anterior, a SEPROMI realinhou sua intervenção, articulando os municípios que concordaram em desenvolver de modo conjunto a instalação de equipamentos de enfrentamento à violência, com base nos Territórios de Identidade.

Dessa forma, foram realizadas diversas rodas de conversa, visitas técnicas, audiências públicas e sessões especiais, nas quais as dirigentes e técnicas da SEPROMI puderam detalhar as propostas do Pacto para prefeitos, secretários, vereadores, gestoras e conselheiras municipais de 15 Territórios de Identidade.

Por este caminho, a SEPROMI desenhou um modelo que integra projetos de aquisição de equipamentos, reforma e aluguel de imóveis, formação dos técnicos envolvidos, como também de desenvolvimento de campanhas educativas. A assinatura de Pactos Territoriais abriu espaço para o debate sobre a formação de Consórcios entre as Prefeituras Municipais, assim assegurando maior efetividade do compromisso dos municípios com a proteção aos direitos das mulheres. Os passos para a constituição dos Consórcios têm sido acompanhados pela Procuradoria Geral do Estado, sendo que seus resultados, mesmo que parciais, já têm sido apontados como modelo para o trabalho da SPM/PR em outros estados brasileiros.

Para que a construção de Pactos Territoriais se desse de forma equânime, a SEPROMI disponibilizou a todos os municípios e secretarias es-

taduais envolvidos as informações e o suporte técnico e administrativo necessários para a elaboração de projetos de captação de recursos jun-

to à SPM/PR. Disso resultou a aprovação de 45 projetos, totalizando um montante de R\$ 13,7 milhões. (Tabela 3)

TABELA 3

**TOTAL DE RECURSOS CAPTADOS PARA O PACTO ESTADUAL PELO ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
BAHIA, 2009**

SECRETARIA RESPONSÁVEL/PROJETO	RECURSOS APLICADOS (EM R\$ 1.000,00)
SEPROMI	6.038
Implantação da Rede Estadual de Atenção à Mulher	1.764
Formação das (os) Coordenadoras(es) dos territórios, Conselhos de Mulheres, Ongs	639
Encontro e formação das gestoras estaduais	243
2ª Etapa do Sistema de Informação	306
Aparelhamento de 12 Núcleos de Atendimento em parceria com organismos municipais [1]	1.008
Capacitação dos profissionais dos Núcleos	315
Campanha Mulheres Indígenas e Quilombolas	351
2ª Etapa da Campanha de Combate a Violência	706
Campanha Homens pelo Fim da Violência	706
SESAB	738
Implantação de Serviços de Aborto Legal [2]	450
Capacitação dos profissionais da saúde	288
SJCDH	756
Instalação do Sistema de Reeducação do Agressor	756
SSP	4.331
Ampliação do Projeto Viver (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual)	145
Construindo Rede de Cidadania em Deam (Delegacia Especial de Atendimento a Mulher)	1.227
Delegacia Móvel	301
Combate a violência contra a mulher reequipamento das oito regionais do DPT (Departamento de Polícia Técnica)	593
Reforma do Centro Maria Felipa de Atendimento à Mulher	550
Capacitação do Policial de Deam	173
Combate ao Tráfico de Seres Humanos nas rodovias estaduais	1.342
Defensoria Pública	1.800
Instalação de Núcleos da Defensoria da Mulher	1.800
TOTAL	13.666

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Políticas para as Mulheres

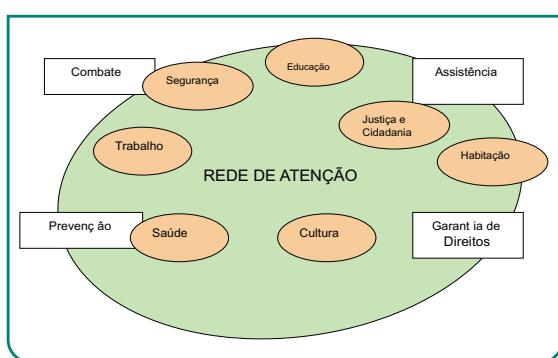
[1] Itapetinga, Conceição do Coité, Feira de Santana, Cruz das Almas, Valença, Irecê, São Sebastião do Passé, Taperoá, Abaíra e Saubara.

[2] Feira de Santana, Jacobina, Teixeira de Freitas, Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista e Itabuna.

Como suporte para a construção e a sustentabilidade política dos Pactos Territoriais e a implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, a SEPROMI tem estimulado a formação de Redes Intermunicipais de Políticas para as Mulheres. Exemplos mais bem sucedidos são os dos Territórios do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador. Nestes, são realizadas reuniões mensais itinerantes, de modo a comprometer cada gestão municipal na adesão ao Pacto, bem como assegurar a inclusão de um novo município a cada reunião.

Rede Estadual de Atenção à Mulher em Situação de Violência

A Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência assume uma posição central na política nacional sobre o tema, sendo reveladora de sua própria concepção, ou seja, uma política integral e humanizada de atendimento às mulheres. A configuração da Rede responde a quatro dimensões apontadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM: o combate; a prevenção; a assistência; e a garantia de direitos das mulheres, uma vez que as Redes buscam responder a um conjunto complexo de situações e vulnerabilidades produzidas pelo fenômeno da violência. Em função disso, também no caso do Estado da Bahia a Rede abrange diversas áreas - como segurança pública, assistência social, cultura, educação, saúde, justiça e trabalho - visando oportunizar condições para que as mulheres rompam com o ciclo da violência¹.



A partir dessa compreensão, os princípios norteadores da Rede são pautados na colaboração, na

confiança, na solidariedade, na transparência e na corresponsabilidade. Seu funcionamento depende da participação consciente dos que a integram como sujeitos da sua construção. Sob a coordenação da SEPROMI, fazem parte da Rede secretarias e instituições que desenvolvem ações e/ou mantêm serviços para atender mulheres em situação de violência: SEDES, SJCDH, SEC, SETRE, SESAB, SSP, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual, representações do Fórum Estadual de Gestoras Municipais e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM.

Dinâmica de funcionamento da Rede Estadual

A Rede Estadual reuniu-se mensalmente, com a responsabilidade de fortalecer ações integradas na prestação de serviços de atenção à mulher em situação de violência no Estado. No âmbito da Rede foram definidos os projetos e discutidos os critérios para a distribuição territorial dos equipamentos e serviços. Identificadas as dificuldades para a prestação de serviços em rede, espera-se, até o final de 2010, concluir a definição de fluxos, competências e avaliação dos serviços prestados - Centros de Referência, Deam, Projeto Viver, Casa de Acolhimento à Mulher, Centro de Referência de Assistência Social - Cras, Hospitais da rede pública estadual, Núcleo de Atendimento à Mulher (Defensoria Pública), Grupo de Defesa dos Direitos da Mulher (Ministério Público Estadual) e a Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar.

A reestruturação da Rede tem buscado promover a efetiva integração e complementaridade entre os serviços prestados, num processo que também deverá envolver os novos serviços previstos para o interior do Estado. Estes, somados aos já existentes, resultarão numa inusitada expansão da atenção às mulheres nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Apoio aos Centros de Referência

Visando assegurar a manutenção dos serviços de atenção à mulher no interior do Estado, a SEPROMI firmou, desde o ano passado convênios com as prefeituras de Lauro de Freitas e de Vitória da Conquista. Em 2009, novos convênios foram estabelecidos

[1] Conforme Relatório de Consultoria, 2009.

para o apoio técnico e financeiro ao funcionamento dos Centros de Referência, nos municípios de Capela do Alto Alegre, Serrinha e Senhor do Bonfim, bem como à Casa de Passagem de Alagoinhas.

Educação para a igualdade de gênero

Projeto Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência nas Escolas da Região Metropolitana de Salvador

Tem como objetivo diminuir a violência nas escolas públicas, a partir da consciência crítica sobre os preconceitos e discriminações de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Desse modo, espera-se ampliar nas escolas práticas de educação política e ações afirmativas que propiciem o acolhimento das múltiplas dimensões de identidade dos alunos.

O projeto prevê atividades que convergem para a realização de um Concurso Literário sobre Personalidades Negras, focado nas mulheres que despertam a atenção, o interesse e o respeito de estudantes de nível médio das escolas estaduais. Por meio de estudos, pesquisas e produção de textos, pretende-se possibilitar o encontro dos jovens com novas referências sociais e políticas que, geralmente, não são retratadas na história do país e do Estado da Bahia. O projeto está sendo formatado em parceria com a SEC e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher - Unifem.

Gestão das águas

Num sentido mais amplo da educação para a igualdade de gênero, a SEPROMI tem colaborado com outros órgãos estaduais para uma atuação mais efetiva na agenda de igualdade de gênero. Assim, participou da formação dos 11 coordenadores das unidades territoriais do Instituto de Gestão das Águas e do Clima –Ingá, tendo como documento de referência o II PEPM e a Lei Maria da Penha. Durante o encontro foram discutidas formas de articular os eixos norteadores das políticas para as mulheres com as ações de desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Tais temas foram posteriormente aprofundados no Encontro pelas Águas, do qual participaram mulheres ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras e quilombolas.

Autonomia econômica

I Feira Feminista de Economia Solidária – Resultou de uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e do Incra. A SEPROMI representou o Governo do Estado nesta parceria para a realização da Feira em Salvador, no período de 06 a 10 de setembro. Seu objetivo foi o de propiciar um espaço de promoção, divulgação e comercialização dos produtos agroecológicos da economia solidária, de agroindústrias familiares e de artesanato, produzidos por mulheres urbanas e rurais (quilombolas, indígenas, pescadoras, artesãs, agricultoras familiares). A Feira contemplou 100 grupos de mulheres de todo o Estado, contribuindo para dar visibilidade às suas atividades econômicas, além de divulgar as políticas e ações do MDA, do Governo do Estado e das prefeituras para este segmento.

Programa Expresso Cidadã – É parte do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do MDA/Incra, sendo direcionado às mulheres que têm dificuldade de acesso à documentação civil básica, mais especificamente as trabalhadoras que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais. A participação da SEPROMI neste programa, iniciado na Bahia em agosto de 2009, tem a ver com a divulgação de informações sobre os direitos das mulheres e os serviços de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Em 2009, a unidade móvel que serve ao programa foi ao município de Camaçari (distrito de Monte Gordo) e deverá ainda atuar em Abaíra, Boninal e Seabra.

Projeto Mulher de Negócio – A SEPROMI é representante do Governo do Estado da Bahia neste projeto, de iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, cuja finalidade é estimular a adoção de boas práticas de gestão, desenvolvimento de cultura empreendedora e de cooperação, contribuindo para o aumento da competitividade e sustentabilidade dos negócios liderados por mulheres. As ações do projeto estão voltadas para a criação da Escola de Competitividade, que visa à formação de Micro e Pequenas Empresas – MPE. Nesta parceria, coube à SEPROMI a tarefa de identificar e estimular grupos, associações e cooperativas de mulheres para adesão ao projeto, como também

disseminar a perspectiva de promoção da igualdade racial entre as empresárias inscritas no Prêmio Mulher de Negócio.

Direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde

Direitos sexuais

Atendendo à demanda do Movimento de Mulheres Lésbicas, a SEPROMI, através de sua Superintendência de Políticas para as Mulheres, convocou a SJCDH e a SEC (Coordenação de Diversidade e Instituto Anísio Teixeira - IAT), para construir um Plano de Ação para enfrentamento das formas específicas de violência e discriminação vivenciadas por mulheres lésbicas.

Neste sentido, foram realizados três encontros. O primeiro - Diálogo com as Lésbicas - contou com 23 representantes da sociedade civil de Salvador, Lauro de Freitas, Cruz das Almas e Serrinha. Na ocasião, foram apresentadas pelas participantes críticas relativas a aspectos que, geralmente, passam despercebidos nas ações e políticas empreendidas pelo Estado. Entre outras: o modelo da heteronormatividade compulsória no âmbito da Lei nº10.639/03; a necessidade de monitoramento e avaliação das ações no que se refere aos efeitos conjugados do sexismo, racismo e lesbofobia; necessidade de utilização nas escolas de novas linguagens para abordar os preconceitos, a exemplo do teatro, música e audiovisual; envolvimento das associações de bairros, grupos e comunidades no combate à lesbofobia e na promoção da visibilidade lésbica.

O segundo foi a Oficina Subjetividade e Identidade - Construindo o Plano de Ação das Lésbicas da Bahia. Com 20 representantes, a oficina tratou das conquistas do movimento lésbico, analisou o II PEPM e o Pacto Estadual pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher. Deste processo resultou um conjunto de prioridades a serem contempladas no Plano de Ação, com ênfase nas áreas de educação, saúde, justiça e segurança.

A última reunião, com 14 participantes, teve o objetivo de alinhar as prioridades anteriormente definidas às ações do II PEPM. A próxima etapa deste processo prevê a aprovação e pactuação da proposta junto à SJCDH e à SEC.

Redução da morte materna em Salvador

A partir do Termo de Cooperação firmado com o Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA, a SEPROMI juntou-se ao esforço de estimular ações e debates sobre os direitos reprodutivos, no âmbito da Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher. Considerando que na Bahia, assim como no restante do país, as mulheres negras experimentam taxas mais altas de morte materna, durante o primeiro semestre de 2009 a Secretaria apoiou a Campanha de Mobilização pela Redução da Morte Materna em Salvador, por meio de atividades como fóruns e audiências públicas, e da produção de material de divulgação da campanha.

Como parte da cooperação com o UNFPA, a SEPROMI participou da organização de atividades alusivas ao Dia Mundial da População (09 de julho), que este ano teve o seguinte tema: Respondendo à crise econômica: investir nas mulheres é uma opção inteligente. Esta iniciativa foi precedida pela participação da Secretaria em dois fóruns nacionais: o I Encontro Nacional Mulheres de Axé (São Luis, MA, em janeiro) e o Seminário Nacional de Saúde da Mulher e Cairo+15 (Brasília, DF, em março).

Municipalização das políticas para as mulheres

De 2007 a 2009 a Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil, implantou cinco Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres, nos municípios de Alagoinhas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Jequié e no bairro de Periperi em Salvador, totalizando, assim, quinze Deam, hoje em funcionamento no Estado da Bahia.

As unidades policiais estão localizadas nos seguintes municípios: em Salvador, nos bairros de Brotas e Periperi, em Camaçari, Candeias, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Alagoinhas, Paulo Afonso, Barreiras e Jequié, e atuam, também, na oferta de apoio psicossocial às mulheres vítimas de violência, atuando em rede na prevenção, assistência e repressão à violência doméstica e familiar, com ações voltadas para a conscientização do agressor e reestruturação do núcleo familiar, a fim de garantir a defesa, proteção e preservação dos direitos humanos de todas as mulheres.

Assim, a Secretaria da Segurança Pública evidencia através de fatos e dados apresentados neste relatório, o esforço dos órgãos policiais em salvaguardar os compromissos firmados com a sociedade baiana, trabalhando sempre para a concretização dos anseios de todos por melhor qualidade de vida, bem como reafirma a necessidade de novos investimentos, tanto na área tecnológica quanto para capacitação dos efetivos policiais e de equipamentos.

Este ano também foram encaminhados pela SSP para busca de financiamento, sete projetos especialmente direcionados a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres. (Quadro 2)

O processo de ampliação da abrangência das ações da SEPROMI no Estado da Bahia teve seu foco voltado para a ampliação e fortalecimento de seu principal instrumento: o Fórum Estadual de Gestoras Municipais de Políticas para as Mulheres. Dando continuidade ao processo iniciado no ano anterior, realizou o I Encontro do Fórum Estadual

de Gestoras de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, em Feira de Santana (junho/2009), em colaboração com o Movimento de Organização Comunitária - MOC e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM. O Encontro reuniu representantes de 76 municípios (Quadro 3), com o objetivo de propiciar a troca de experiências e fortalecer os órgãos municipais, oferecendo instrumentos para a captação de recursos públicos, para a implementação e gestão das políticas para as mulheres. Também foram discutidas a constituição de redes de serviços de prevenção à violência contra a mulher e a importância de utilizar o II PEPM como principal referência da ação no Estado da Bahia.

Embora nem todos os municípios presentes ao Encontro tenham aderido, verificou-se uma significativa ampliação ao Fórum Estadual de Gestoras, que passou de dez órgãos municipais participantes em 2007/2008, para 22 em 2009. Entre estes, seis organizam-se como secretarias municipais específicas.

QUADRO 2

**DEMONSTRATIVO DE PROJETOS CADASTRADOS PELA SSP NO SISTEMA DE CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL – SICONV/2009.
BAHIA, 2009**

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES			
ORGÃO	UNIDADE	PROJETOS SICONV/2009	VALOR (Em R\$ 1,00)
PC	DEAM	Capacitação dos Policiais Civis das DEAM	173.966,98
SSP	VIVER	Ampliação do Projeto Viver	145.262,56
PC	DEAM	Capacitação dos Policiais Civis das DEAM	1.227.125,00
PC	PC	Delegacia Móvel Ampliação	301.054,00
DPT	DINT	Combate à violência contra a mulher, através de reequipamento das regionais do DPT	593.721,60
PM	CMF	Reforma do Centro Maria Felipa	550.000,00
PM	BPRV	Fortalecimento do Batalhão de Polícia Rodoviária para o combate ao tráfico de seres humanos	1.342.878,00

Fonte: arquivo da SIAP

QUADRO 3
**MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O FÓRUM DE GESTORAS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Região Metropolitana	Camaçari Lauro de Freitas Salvador	Secretaria de Promoção da Mulher e da Reparação Secretaria de Políticas para as Mulheres Superintendência de Políticas para as Mulheres – Secretaria de Governo
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas Entre Rios Inhambupe	Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres – Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres Departamento da Mulher Inhambupense – Secretaria de Assistência Social
Baixo Sul	Ituberá	Departamento de Patrimônio Cultural, Reparação Racial e Gênero – Secretaria Municipal de Cultura
Irecê	Ibititá Irecê	Secretaria Municipal de Apoio às Mulheres Departamento da Mulher – Secretaria de Desenvolvimento Social e Igualdade
Piemonte da Diamantina	Jacobina	Coordenadoria de Mulheres – Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social
Portal do Sertão	Amélia Rodrigues	Diretoria de Promoção da Igualdade Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Sisal	Conceição do Coité Serrinha	Secretaria Municipal da Mulher Coordenação de Políticas Públicas Para Mulheres – Secretaria de Desenvolvimento Social
Sertão do São Francisco	Juazeiro	Gerência de Proteção e Cidadania – Secretaria de Desenvolvimento Social
Bacia do Jacuípe	Pintadas	Supervisão de Política para Mulheres Secretaria de Esporte Cultura e Lazer
Recôncavo	Cruz das Almas Governador Mangabeira Maragogipe	Departamento de Mulheres – Secretaria de Políticas Especiais Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero. Coordenação de Mulheres – Secretaria de Reparação Racial

Continua

Conclusão do Quadro 3

Recôncavo	Santo Amaro São Francisco do Conde São Sebastião do Passé Saubara	Coordenação de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero Secretaria de Ação Social Gerência de Atenção à Mulher Secretaria de Desenvolvimento Social Gerência de Políticas para as Mulheres Secretaria do Trabalho e Reparação Social Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres - Secretaria de Ação Social
-----------	--	---

Fonte: SEPROMI/ Superintendência de Política para as Mulheres

Através do Projeto Fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres, executado com recursos da SPM/PR, a SEPROMI deu início ao processo de licitação para a aquisição de móveis e equipamentos para nove órgãos municipais – Camaçari, Lauro de Freitas, São Sebastião do Passé, Cruz das Almas, Entre Rios, Inhambupe, Ibititá e Jacobina. Juntos, estes municípios somam cerca de 330.000 mulheres.

A melhoria da infraestrutura é condição fundamental para assegurar os contatos entre os municípios, bem como para a estadualização do Plano Nacional e a municipalização do II PEPM. Além disso, é particularmente importante para o fortalecimento e integração dos serviços da Rede Estadual de Atenção à Mulher em Situação de Violência.

POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Ações intersetoriais

Saúde da população negra

Neste setor, o ano de 2009 foi marcado pela continuidade das articulações decorrentes da institucionalização do Comitê Técnico de Saúde da População Negra e do Seminário Estadual sobre o tema, em 2008. O marco mais importante é a elaboração e divulgação, pela SESAB, do Programa Estadual de Atenção Integral a Pessoas com Doença Falciforme, que estimulou propostas para a implementação do atendimento descentralizado, capacitação de equipes multiprofissionais, humanização do atendimento e estudos sobre o perfil epidemiológico da doença na Bahia. Ademais, a Secretaria da Saúde incluiu os aspectos político-organizativos da saúde da população negra no Edital do Concurso Público para provimento de cargos do seu quadro de pessoal, assim contribuindo para disseminar tais conteúdos entre os profissionais.

Educação para a igualdade racial

Apoio à implementação do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras – As ações nesta área estão sendo repactuadas com a Secretaria de Educação, com base no Plano Nacional para Implementação da Lei 10.639/03, publicado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC, em cujo processo de elaboração a SEPROMI teve uma ativa participação no período 2007-2008.

Apoio à Permanência de Estudantes Cotistas – O Projeto Qualificando a Permanência dos Estudantes Cotistas da Universidade Estadual da Bahia – Uneb busca valorizar as ações afirmativas em geral, e o instrumento das cotas em particular, como meio de democratização do ensino superior. Realizado na Uneb, como produto de um convênio com a Seppir/PR, o projeto dá suporte para a inserção de jovens negros em atividades orientadas de iniciação científica. A partir de edital publicado em 2009, foram selecionados 28 estudantes cotistas e nove professores, que farão jus a bolsas com nove e dez meses de duração, respectivamente. O programa de iniciação dos estudantes contempla a elaboração de projetos de pesquisa, a participação em seminários e painéis e voltados para o tema das relações étnico-raciais, gênero e da cultura negra.

Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucional - PCRSI

Este programa tem por objetivo formar gestores e servidores públicos para que sejam protagonistas no combate às práticas discriminatórias que ainda persistem nas formas de operação da administração pública. Como resultado das Oficinas de Iden-

tificação e Abordagem do Racismo e Sexismo Institucionais, espera-se que os participantes passem a adotar práticas, normas e procedimentos que assegurem um tratamento profissional e adequado às pessoas, independentemente de seu pertencimento racial ou condição de gênero. Parte importante deste processo é a abordagem sobre o quesito cor/raça nos registros administrativos, seu correto preenchimento para posterior utilização na elaboração de diagnósticos e estudos sobre desigualdades baseados no perfil de usuários dos serviços públicos.

Vale ressaltar que o Termo de Compromisso assinado entre a SEPROMI e a SAEB para a inclusão de conteúdos referentes à igualdade racial e de gênero nos programas de concursos e seleções públicas do Governo do Estado em muito contribuirá para fazer avançar a prevenção ao racismo e sexismo institucionais nas práticas da administração estadual.

Dando seguimento às ações iniciadas em 2008, na Prefeitura Municipal de Salvador/PMS foram realizadas as seis oficinas previstas para 2009, com a capacitação de 108 servidores, das seguintes secretarias e órgãos municipais: Secretaria Municipal da Reparação - Semur, Superintendência de Políticas para as Mulheres – SPM, Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte – Secult, Secretaria Municipal de Trabalho Assistência Social e Direitos do Cidadão/Setad, Secretaria Municipal de Planejamento Tecnologia e Gestão - Seplag, Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Sesp, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente - Sedhan.

Neste ano, procurou-se ampliar a abrangência do PCRSI de modo a incluir secretarias estaduais – 38 servidores de 16 secretarias - e os Fóruns Estaduais de Gestores coordenados pela SEPROMI - 40 gestores de promoção da igualdade racial e/ou políticas para as mulheres de 24 prefeituras municipais, de 16 Territórios de Identidade.¹

PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS

No ano de 2009, a SEPROMI iniciou a formulação de um projeto para a formação de uma Rede de Atenção aos Casos de Discriminação Racial e In-

tolerância Religiosa, no intuito de tratar de forma mais sistemática e organizada as diferentes demandas que recebe ao longo do ano, para dar apoio a pessoas vítimas de racismo nas suas mais diversas manifestações. Foram realizadas duas reuniões envolvendo, além de organizações da sociedade civil que prestam suporte jurídico, secretarias estaduais e instituições que também lidam com o encaminhamento de denúncias desta natureza, a exemplo da SJCDH (Núcleo de Direitos Humanos - Nudh), Ouvidoria do Estado da Bahia, Defensoria Pública e Ministério Público Estadual. Foram levantadas as necessidades e informações sobre as competências de cada organização envolvida no processo das reuniões, sendo o próximo passo uma parceria com o Pnud – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para a implementação da Rede.

Segurança cidadã

Além de ter prosseguido na participação no Gabinete de Gestão Integrada - GGI da Segurança Pública, coordenado pela SSP, a SEPROMI participou do processo de discussão que precedeu a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci no bairro do Beiru. Neste contexto, apresentou projeto, ainda em análise pelo Ministério da Justiça, para atuar no mesmo bairro, envolvendo os grupos organizados em ações relativas ao enfrentamento da violência contra jovens e mulheres. Mais recentemente, tem tido ativa participação no processo de diálogo do Governo do Estado com organizações da sociedade civil engajadas no combate à violência urbana. Até o final do ano, o diálogo entre estas organizações e órgãos do Governo – Casa Civil, SEPROMI, SSP, SJCDH e Gabinete do Governador – deverá produzir propostas de ações emblemáticas no setor de segurança, a serem executadas ao longo do próximo ano.

Liberdade religiosa

Mapeamento das Comunidades de Terreiro – Este projeto é fruto de parceria entre a SEPROMI e a Sepir/PR, estabelecida desde 2008, visando mapear os Espaços de Religião de Matriz Africana em 34 municípios, sendo 20 no Território de Identidade do Re-

[1] Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Anagé, Camaçari, Conceição de Feira, Cruz das Almas, Entre Rios, Feira de Santana, Itabuna, Ituberá, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Livramento de Nossa Senhora, Maragogipe, Porto Seguro, Riacho de Santana, Salvador, Santo Antônio, São Sebastião do Passé, Seabra, Serrinha, Santo Soares e Vitória da Conquista.

côncavo e 14 do Baixo Sul. O principal foco do projeto é a construção de políticas para as comunidades de terreiro a partir de suas demandas e tendo em vista o perfil das mesmas, no que se refere a origens, histórias, tempo de criação, perfil da autoridade religiosa, entre outros aspectos. O Mapeamento está em fase de contratação de profissionais que atuarão diretamente nos territórios envolvidos. No dia 23 de agosto foi realizado um pré-lançamento do Projeto no município de Cachoeira.

Municipalização da promoção da igualdade racial

O Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial é o principal instrumento na municipalização do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. O planejamento das ações do Fórum para o 2009-2010 apontou cinco dimensões estratégicas para garantir a sua sustentabilidade: político-institucional; sociocultural; econômico-financeira; organizacional; educacional e tecnológica.

Na dimensão político-institucional as prioridades identificadas foram a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a criação de Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial; articulação entre as Secretarias Municipais e Estadual de Educação para imediata implementação da Lei 10.639/03, como também participação efetiva no Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra.

A dimensão sociocultural prevê a participação em encontros, seminários, feiras e atividades similares, visando estreitar as relações entre os membros do Fórum. A dimensão econômico-financeira diz respeito à capacitação dos gestores para otimizar a sua atuação nas diversas etapas do ciclo orçamentário nos municípios, como também à criação de mecanismos que propiciem a efetiva participação destes municípios na gestão do Fórum, além de assessoramento na elaboração de projetos para captação de recursos. Por fim, a dimensão educacional e tecnológica, que tem a ver com aspectos interrelacionados à formação continuada dos gestores, criação e/ou implementação de sistemas integrados de informações, além de compartilhamento de tecnologias sociais.

Em resposta a estas demandas, em 2009 a SEPROMI realizou as seguintes atividades de formação:

- I Curso de Formação de Lideranças Quilombolas - Reescrivendo o Desenvolvimento Local, em Vitória da Conquista;
- Programa de Formação em Raça, Gênero e Políticas Públicas. A primeira das três etapas previstas contou com a presença de gestores de 24 municípios: Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Anagé, Camaçari, Conceição de Feira, Cruz das Almas, Entre Rios, Feira de Santana, Itabuna, Ituberá, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Livramento de Nossa Senhora, Maragogipe, Porto Seguro, Riacho de Santana, Salvador, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Seabra, Serrinha, Souto Soares e Vitória da Conquista;
- Oficina do Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucional, com a participação de 40 gestores municipais.

Cabe destacar, em 2009, a atuação dos órgãos municipais no processo da II Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - II Coneppir, organizando suas etapas municipais ou regionais, sempre no sentido de assegurar a participação efetiva das comunidades locais. Com a assessoria da SEPROMI, os resultados das conferências subsidiarão a elaboração dos Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

A eleição e posse das novas administrações municipais tiveram um impacto positivo sobre o Fórum de Gestores, contribuindo para sua ampliação. Em relação ao período 2007-2008, dobrou o número de municípios com órgãos de promoção da igualdade racial em sua estrutura. Atualmente, o Fórum é composto por 29 prefeituras, nas quais encontram-se constituídas: três secretarias municipais, cinco departamentos, seis diretorias, quatro coordenações, uma superintendência, uma gerência, um núcleo e duas assessorias. Cinco municípios desenvolvem suas ações de promoção da igualdade racial em secretarias de outra natureza, todavia têm enviado esforços para a criação de estruturas específicas para a promoção da igualdade racial (Quadro 4).

QUADRO 4
MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O FÓRUM DE GESTORES MUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL BAHIA, 2009

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICIPIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	Alagoinhas	Diretoria de Reparação- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Entre Rios	Secretaria Municipal de Ação Social
Baixo Sul	Ituberá	Departamento de Patrimônio Cultural, Reparação Racial e Gênero - Secretaria Municipal de Cultura
	Seabra	Diretoria de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Assistência Social
Chapada Diamantina	Souto Soares	Diretoria de Política de Igualdade Racial - Secretaria de Desenvolvimento Social
	Porto Seguro	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Extremo Sul	Irecê	Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Igualdade
	Itabuna	Assessoria de Diversidade Étnico Racial -Secretaria de Educação
Médio Rio de Contas	Jequié	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Amélia Rodrigues	Diretoria de Promoção da Igualdade - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Portal do Sertão	Conceição da Feira	Coordenação Pedagógica de Gênero e Etnia - Secretaria Municipal de Educação
	Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Sisal	Serrinha	Coordenação de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -SEDES
	Cruz das Almas	Diretoria de Reparação Racial- Secretaria de Políticas Especiais
Recôncavo	Governador Mangabeira	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero
	Maragogipe	Secretaria Municipal da Reparação
	Santo Amaro	Assessoria Especial de Promoção Igualdade Racial - Secretaria de Governo
	São Francisco do Conde	Departamento de Promoção da Igualdade Racial Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Continua

Conclusão do Quadro 4

Região Metropolitana	Camaçari	Coordenação de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Promoção da Mulher e da Reparação
	Lauro de Freitas	Superintendência de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Governo
	Salvador	Secretaria Municipal da Reparação – Semur
Recôncavo	São Sebastião do Passé	Departamento de Ações para a Reparação Social - Secretaria do Trabalho e Reparação Social
Sertão do São Francisco	Juazeiro	Gerencia de Proteção e Cidadania - Secretaria de Desenvolvimento Social
Sertão Produtivo	Livramento de Nossa Senhora	Diretoria de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Sisal	Ichu	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Vale do Jequiriçá	Lajedo do Tabocal	Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Educação
Velho Chico	Riacho de Santana	Departamento de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Assistência Social
Vitória da Conquista	Anagé	Departamento de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Vitória da Conquista	Núcleo de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria de Desenvolvimento Social

Fonte: SEPROMI/ Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

Fortalecimento da participação e do controle social

A SEPROMI procurou fortalecer o diálogo com as organizações da sociedade civil, utilizando os espaços abertos pela atuação de seus órgãos colegiados – os Conselhos da Mulher e da Comunidade Negra – e das Conferências convocadas pelo governo para a escuta das demandas da sociedade civil.

Conselhos

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM. O CDDM tem trabalhado com a Superintendência de Políticas para as Mulheres – SPM/SEPROMI, na orientação para a criação dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher e acompanhamento dos existentes. Exemplos disso são: o apoio ao Projeto Geran-

do Energias para Construir Conselhos da Mulher, iniciativa da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf – Regional Paulo Afonso, que incentiva a constituição de Conselhos em oito municípios da região da caatinga; o trabalho junto a mulheres do município de Cachoeira, que recentemente conseguiram que o tema fosse tratado em Sessão Especial da Câmara de Vereadores; e reuniões realizadas com vereadoras e ativistas de outras cidades como Valença, Uibaí e Itamaraju. Atualmente, a Bahia tem 24 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, sendo que a meta é atingir 100 municípios até 2010.

Neste ano, a parceria com o CDDM também foi fundamental para que se concluisse o processo de elaboração e publicação do II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – II PEPM. O lançamento do Plano foi realizado na Assembléia Legislativa, em

colaboração com sua Comissão Especial da Mulher, indicando a importância do apoio das parlamentares à implementação das políticas para as mulheres em todo o Estado da Bahia.

- Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra - CDCN. No ano de 2009 o CDCN participou das principais ações desenvolvidas pela Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, com destaque para a organização da II Coneppir. Nesta, além da Presidência da Comissão Organizadora Estadual, coube ao Conselho apoiar a SEPROMI no trabalho junto às conferências regionais e municipais. Também teve participação nas atividades de formação realizadas com o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

Além de atuar como parceiro da SEPROMI na convocação de organizações do movimento negro para o diálogo sobre questões específicas, o Conselho tem desenvolvido uma agenda política própria. Neste aspecto, vale ressaltar o acompanhamento de casos de racismo e de situações de conflito em comunidades quilombolas, como a de São Francisco do Paraguaçu; as denúncias contra os programas sensacionalistas de TV, o que levou o Ministério Público Estadual a intervir na questão da espetacularização da violência urbana pelos meios de comunicação. O CDCN concluiu a proposta de revisão de seu Regimento Interno.

Conferências

- II Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A II Coneppir foi realizada em maio de 2009, sob a coordenação da SEPROMI e do CDCN. Seu principal objetivo foi o de analisar e revisar os eixos e as ações prioritários do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial - Quilombolas; Educação; Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda; Saúde; Segurança Pública, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Religiões de Matriz Africana – bem como as propostas transversais aos eixos - Programa Educativo Contra o Racismo Institucional e Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano e Juventude. A Conferência contou com 403 participantes – delegados e convidados – de 73 municípios.

A II Coneppir foi antecedida por 39 pré-conferências, das quais nove Regionais e 30 Municipais, envolvendo 7.257 participantes de 100 municípios baianos, em 18 Territórios de Identidade: Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Irecê, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Metropolitana de Salvador, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Vale do Jequiricá, Velho Chico e Vitória da Conquista. As pré-conferências também debateram pautas específicas visando a construção de Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

A destaque na II Coneppir o elevado nível dos debates nos grupos de trabalho, cujas proposições foram aprovadas por consenso. Os grupos relativos a Quilombos, Segurança, Religiões de Matriz Africana e Educação foram os que mobilizaram maior número de delegados para debates, proposições e denúncias, indicando a centralidade destes temas para a agenda da promoção da igualdade racial na Bahia.

Os resultados da Conferência Estadual vão subsidiar a elaboração do II Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, documento de referência para a atuação da SEPROMI.

- II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A II Conapir, realizada em Brasília em junho de 2009, contou com 64 delegados da Bahia, sendo 46 da sociedade civil, 11 de governos municipais, quatro do governo estadual e três parlamentares. Além de organizar a participação da Bahia na Conferência Nacional, a SEPROMI participou de uma Comissão Nacional responsável pela sistematização das propostas apresentadas pelos estados para o debate em Brasília.
- I Conferência Nacional de Segurança Pública. No contexto das mobilizações para a I Conferência Nacional de Segurança Pública - Conseg, a SPM/Sepromi juntou-se à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR para a realização do projeto Mulheres – Diálogos sobre Segurança Pública. Esta ação foi realizada em Salvador (junho/2009) e em mais quatro regiões metropolitanas do

país. Através dela, 30 mulheres baianas de diversos setores sociais - professoras, policiais, catadoras de resíduos sólidos, estudantes, donas de casa, comerciantes, artesãs, poetisas – puderam ter suas opiniões e sentimentos sobre a violência urbana contemplados nos debates da Conferência de Segurança, realizada em Brasília (agosto/2009), e ouvidos pelo Ministério da Justiça e outros atores nacionais. O resultado deste Diálogos faz parte de uma publicação, em fase de preparação pela SPM/PR.

Apoio à organização de segmentos sociais

Juventude negra

O segmento juventude negra tem demandado atenção especial, tendo em vista, principalmente, sua maior exposição à violência urbana. Por isso, a SEPROMI, provocada pelo Fórum Nacional da Juventude Negra – Bahia, desenvolveu, ao longo de 2009, um conjunto de ações visando levantar as demandas passíveis de serem transformadas em política pública. Para isso, vem participando, sob a coordenação da SERIN, no processo de implementação do Conselho Estadual da Juventude e da elaboração do Plano Estadual da Juventude, ora tramitando na Casa Civil.

Articulando-se com as organizações juvenis, a Secretaria realizou a Oficina de Avaliação dos Programas e Projetos de Juventude, com o objetivo estimular maior participação dos jovens no controle social das políticas públicas. Dela participaram 73 jovens de 11 municípios - Antônio Cardoso, Camaçari, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ibirataia, Itacaré, Lauro de Freitas, Salvador, Santo Amaro, Ubaitaba e Vitória da Conquista – e 16 técnicos e gestores estaduais.

A Oficina oportunizou a análise dos documentos produzidos pelos encontros e fóruns da juventude negra, bem como dos principais programas e projetos governamentais para este segmento. Como resultado, foi elaborada uma proposta de formação e fortalecimento político. A continuidade desta ação será feita em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, através de um projeto de cooperação em fase de tramitação na Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Mulheres indígenas

O apoio da SEPROMI, juntamente com o CDDM, foi de fundamental importância para a realização do I Encontro de Mulheres Indígenas, em março de 2009, na Aldeia de Coroa Vermelha - Porto Seguro. O Encontro objetivou facilitar a organização das mulheres, discutindo a presença deste segmento nas políticas públicas para mulheres. Neste sentido, também contribuiu para manter as comunidades indígenas informadas, mobilizadas e atentas para a inclusão da cidadania indígena e o empoderamento das mulheres.

Apoio a iniciativas da sociedade civil

Visando assegurar a transparência nos procedimentos de apoio às organizações da sociedade civil, a SEPROMI instituiu, em 2009, um Edital para seleção de projetos de organizações sediadas no Estado da Bahia. Alinhado aos eixos prioritários do trabalho da Secretaria - promoção da igualdade racial e de gênero; promoção e defesa de direitos de mulheres e negros; fortalecimento de comunidades quilombolas e de espaços de religião de matriz africana – o Edital contempla as categorias de formação de lideranças em promoção da igualdade; eventos; registro e memória.

Em 2009 foram realizadas as três chamadas anuais previstas, totalizando 103 projetos apresentados e 30 apoiados. Através do edital, a SEPROMI tem contribuído com a realização total ou parcial de projetos de pequeno e médio porte – até R\$ 20 mil – importantes para manter grupos e comunidades refletindo e atuando sobre suas condições de inserção política e social, através de oficinas, seminários, encontros, edição de publicações, exposições de arte, pesquisas e eventos comemorativos de datas históricas.

Fortalecimento das datas de referência histórica

Visando estimular o reconhecimento e a valorização de fatos e personalidades que marcam a história das mulheres e dos negros no Brasil e no mundo, a SEPROMI tem dado especial atenção às celebrações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – e do 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Em torno destas datas, já total-

mente incorporadas ao calendário dos movimentos sociais, a SEPROMI promove uma ampla mobilização junto ao Governo do Estado, prefeituras e organizações da sociedade civil, no intuito de provocar novas ações e dar maior visibilidade às iniciativas destes setores na promoção da igualdade entre mulheres e homens, e entre negros e brancos.

Paralelamente, desenvolve, em parceria com a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia - Agecom, campanhas publicitárias que ressaltam ações do Governo do Estado, como também o seu compromisso com a mudança de mentalidades, como condição para a superação dos preconceitos e as discriminações.

Março Mulher

Em 2009, a SPM/Sepromi e o CDDM uniram-se a outras secretarias estaduais, prefeituras municipais, conselhos municipais e organizações da sociedade civil para construir o Março Mulher, cujo tema central foi Mulher, Política e Espaços de Poder. O projeto contemplou um conjunto de atividades realizadas ao longo de todo o mês de março, na capital e no interior, assim contemplando a diversidade e a dinâmica dos municípios baianos na discussão sobre políticas para as mulheres, em especial as negras, indígenas e dos bairros de Salvador.

Foram apoiados 30 projetos de organizações dos movimentos de mulheres e feministas, com o desafio manter as mulheres articuladas para o enfrentamento à violência e o debate sobre a ampliação da presença feminina nos espaços de poder. Ao todo, as atividades atingiram cerca de 36.000 pessoas, participantes de caminhadas, seminários, palestras, oficinas, feiras, mostras de filmes, lançamentos de livros, audiências públicas, shows, rodas de capoeira e outras mobilizações em escolas oficiais e comunitárias.

Essa rede de ações durante o mês de março foi ancorada numa campanha publicitária, que utilizou meios impressos, rádio e televisão para celebrar as conquistas das mulheres em diversas áreas da vida social. O Março Mulher produziu resultados muito positivos, particularmente porque consolidou a cooperação entre a SEPROMI e os órgãos municipais de políticas para as mulheres e destes com as organizações da sociedade civil.

Novembro Negro

O Novembro Negro contou com ampla adesão das secretarias estaduais e 17 municípios, responsáveis por um amplo conjunto de atividades realizadas, com o apoio da SEPROMI, a partir da iniciativa de gestores municipais de promoção da igualdade racial e de organizações da sociedade civil. A campanha publicitária, em parceria com o CDCN, teve como sujeito a juventude, evidenciando o respeito à vida e a valorização da contribuição de personalidades negras nos diversos âmbitos da vida social.

Em 2009, as atividades foram realizadas pela realização, em Salvador, do Ato Nacional alusivo ao 20 de novembro, promovido pela Seppir/PR, com o apoio do Governo do Estado, o qual contou com a presença de diversas autoridades federais, estaduais e municipais. Na ocasião, o Presidente da República entregou títulos de propriedade a 30 comunidades quilombolas de vários estados, sendo rês da Bahia, e o Governador do Estado assinou Decreto instituindo a Política Estadual de Comunidades remanescentes de Quilombos.

Cabe destacar também o Seminário Ibero-americano de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com perspectiva de Gênero, que resultou da parceria entre a Secretaria Geral Ibero-americana – Segib, o Governo do Estado, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher – Unifem e o Seppir/PR. Os participantes do seminário, representantes de governos e organizações de movimento social de 13 países da América Latina, produziram um documento sobre as temáticas abordadas, o qual foi posteriormente encaminhado à Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo (Estoril, Portugal, de 29/11 a 01/12/09).

PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Educação para o consumo

O Governo do Estado investiu em ações educativas abordando temas atuais, como Educação Financeira e Orçamento Doméstico, Consumo Consciente e Sustentável e realizou estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse do consumidor.

Entre as principais ações realizadas podemos ressaltar: organização do Encontro Estadual de Defesa do Consumidor; capacitação de mais de 85% dos servidores do Procon, atendentes e conciliadores, sobre temas referentes a direitos do consumidor; monitoramento das reclamações de consumidores contra operadoras de plano de saúde junto à Agência Nacional de Saúde – ANS; implementação do Projeto Piloto do Núcleo de Educação Financeira e Orçamento Doméstico, visando prevenir demandas de superendividamento e alertando contra o consumismo exagerado e não consciente, através de cursos, palestras e oficinas; e, no dia 12 de março, em comemoração ao Dia Mundial do Consumidor, foi realizado o Seminário sobre Serviços Essenciais e os Direitos dos Consumidores e uma ação educativa, na Praça da Piedade, onde, além da distribuição de material educativo, foram prestadas orientações e esclarecimentos aos consumidores.

Atendimento e Orientação ao Cidadão Consumidor

No âmbito da defesa do consumidor, em 2009 o Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, trabalhou arduamente no sentido de ampliar o número de cidadãos consumidores beneficiados pelas ações desenvolvidas pelo PROCON/BA.

Em Salvador, foi inaugurado em 19 de junho o Posto do SAC Salvador Shopping, contando com três guichês de atendimento e uma sala de audiência a mais que o Posto do SAC do Shopping Iguatemi, que por sua vez foi desativado. Em 29 de julho de 2009 foi aberto o Posto de Narandiba, na Casa Pronasci, em atendimento ao Projeto Território de Paz, do Ministério da Justiça.

Com aquisição de equipamentos, melhorias na infraestrutura e a ampliação e formação continuada da equipe da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-BA, responsável pela execução da Política Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, o Estado da Bahia vem mantendo uma posição de destaque no cenário nacional, sendo o quarto colocado em número de atendimentos a consumidores no País – 48.337 no ano de 2009, conforme dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, com alto percentual de resolução (80,87% dos atendimentos são

resolvidos de imediato). Comparando com o mesmo período dos anos de 2006, 2007 e 2008, o número de atendimentos cresceu aproximadamente 27,83% (37.811) em relação ao primeiro, 16,11% (41.628) em relação ao segundo e 3,24% (46.818) em relação ao terceiro.

QUADRO 5

RANKING DOS ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS PROCON*
BAHIA, 2009

RANKING	ESTADO	Nº DE ATENDIMENTOS
1º	SP	255.514
2º	DF	111.718
3º	GO	74.227
4º	BA	46.675

Fonte: Procon/SUCDH

* Não contabilizando os atendimentos considerados "Extra Procon"

No que concerne às audiências, foram realizadas 8.766 audiências de conciliação no âmbito do Procon-BA no período em questão.

Em setembro foi publicado o Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas, contendo uma relação com o nome dos fornecedores de produtos e serviços mais reclamados no período setembro/2008 a outubro/2009 para orientar os consumidores.

Ademais, foram prestados serviços de atendimento e orientação do consumidor em: nove eventos "Sociedade nos Bairros"; nove eventos do Balanço Geral nos Bairros; um Ação Global; um Sinduscon e em Cachoeira, quando da transferência da sede do Governo do Estado para a referida cidade (Lei Estadual nº 10.695/07).

Fiscalização

As ações realizadas pela fiscalização do PROCON trouxeram benefícios aos cidadãos baianos. Em 2009, 1.020 atos foram praticados, em um crescimento da ordem de 16,97% sobre o número de 2008 (872) e de 38,40% sobre 2006 (737). Através de 646 medidas de natureza preventiva e educativa, tais como visitas, orientações e autos de constatação, os agentes de fiscalização esclareceram aos fornecedores de produtos de serviços quais os seus deveres para com os consumidores.

Mas frente a uma situação de flagrante lesão ou risco de dano aos cidadãos, medidas mais rigorosas tais como a lavratura de autos de infração e a apreensão de produtos foram tomadas. Assim, a constatação de que um estabelecimento está comercializando um alimento vencido ou um remédio falsificado levou o PROCON a fazer a apreensões de produtos para que o cidadão não viesse a sofrer danos. Neste sentido, houve um incremento significativo no número dos autos de

infração e de apreensão de produtos. Com efeito, em 2009 foram lavrados 302 autos de infração, 67,22% a mais do que em 2008, quando 99 foram lavrados, e 70,86% a mais do que em 2006 (88 autos). Quanto aos autos de apreensão, 72 foram lavrados, representando um crescimento de 327% com relação a 2008 (22) e de 600% com relação a 2007 (12), quando começaram a ser lavrados Autos de Apreensão/Termo de Depósito (Tabela 4 e Tabela 5).

TABELA 4

**AÇÕES PREVENTIVAS E EDUCATIVAS
BAHIA, 2006-2009**

ANO	ORIENTAÇÕES E VISITAS	AUTOS DE CONSTATAÇÃO	TOTAL
2006	627	22	649
2007	653	104	757
2008	702	49	751
2009	377	269	646
TOTAL	2359	444	2803

Fonte: Procon/SUCDH

TABELA 5

**AÇÕES PREVENTIVAS E EDUCATIVAS
BAHIA, 2006-2009**

ANO	AUTOS DE INFRAÇÃO	AUTOS DE APREENSÃO/ TERMO DE DEPÓSITO	TOTAL
2006	88	0	88
2007	126	12	138
2008	99	22	121
2009	302	72	374
TOTAL	615	106	721

Fonte: Procon/SUCDH

Ao longo de todo o ano foram realizadas fiscalizações que beneficiaram grande parcela da população, como as que tiveram por objetivo verificar se as empresas que prestam o serviço de transporte público municipal instalaram as câmeras de segurança e utilizavam pneus em estado de conservação adequado conforme previsto no Decreto Municipal nº 17.376/07 e na Resolução nº 558/80 do CON-

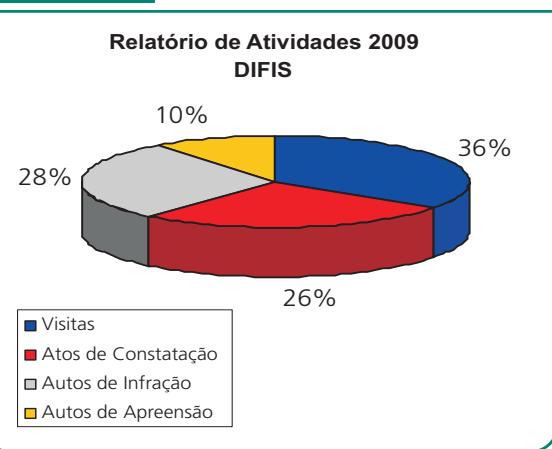
TRAN, a fiscalização dos Serviços de Atendimento aos Consumidores (Call Center); as de verificação da adequação do percentual de água na comercialização de frangos congelados; as de repressão aos abatedouros clandestinos de frangos.

Buscando atender aos baianos que vivem no interior, foram realizadas ações nos seguintes

Territórios Identidade: I – Irecê; XIX – Portal do Sertão; VII – Extremo Sul; XI – Oeste Baiano; XX – Vitória da Conquista; XXI – Recôncavo; XXII – Médio Rio das Contas.

GRÁFICO 2

ATIVIDADES REALIZADAS PELA
FISCALIZAÇÃO DO PROCON/BA
BAHIA, 2009



Fonte: SAPRO

Neste sentido, as principais realizações do PROCON foram:

- Fiscalização de material escolar em lojas especializadas na comercialização dos referidos produtos e fardamento;
- Ação fiscalizatória no aeroporto em parceria com a SUDH, a fim de verificar o cumprimento das normas referente à acessibilidade;
- Fiscalização de transportes coletivos em relação ao cumprimento do Decreto Municipal nº 17.376/07 e a Resolução nº 558/80 do CONTRAN, a fim de verificar se as empresas que prestam o serviço de transporte público municipal instalaram as câmeras de segurança conforme previsto e se utilizavam pneus em estado de conservação adequado;
- Fiscalização de balanças em supermercados e restaurantes em parceria com o Ibametro;
- Ação educativa no dia Mundial do Consumidor em stand montado na Praça da Piedade;
- Fiscalização em supermercados objetivando apurar denúncia de prática de preço diferenciado da

gôndola para o caixa e verificação de oferta de produtos impróprios;

- Fiscalização da comercialização de frangos congelados em desacordo com a Portaria nº 210/98 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (Adição de água no frango congelado acima do limite de 6%);
- Fiscalização do Dia das Mães em shoppings da cidade;
- Operação educativa no Shopping Paralela, a fim de orientar as novas lojas e lojistas;
- Realização de ação fiscalizatória em abatedouros clandestinos de frango no bairro de Itapuã, em cumprimento do quanto requerido pelo Ministério Público do Estado da Bahia;
- Ações fiscalizatórias no interior do Estado em conjunto com a Adab, para verificação de abate de frango sem inspeção, ou seja, "frango clandestino" (municípios de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Irará, Irecê, Eu-nápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Jequié e Barreiras);
- Fiscalização dos motéis, no dia Dia dos Namorados, com o intuito de verificar eventuais práticas infratativas, e posterior retorno para verificar se foram adotadas as medidas indicadas na primeira visita;
- Fiscalização em stands de produtos juninos e barracões de fogos de artifício no período do São João;
- Fiscalização em farmácias, para verificar o atendimento à Resolução nº 199/06 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, que trata da adequação das rotulagens dos medicamentos à base de óleo mineral, em decorrência de requerimento do Ministério Público Federal;
- Fiscalização do açúcar em depósitos de envasamento, a fim de verificar eventuais práticas infratativas por parte dos estabelecimentos, como possível adionamento de areia ao produto;

- Fiscalização de casas de material de construção, verificando a venda de produtos impróprios, sem informação e/ou com preço diferenciado no pagamento em cartão de crédito;
- Fiscalização em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo - ANP em postos de combustíveis para averiguação da instalação do Termodesímetro (aparelho que demonstra a qualidade do álcool aos fornecedores) nas bombas de combustível;
- Ação de fiscalização da venda de pescado a granel em conjunto com o Mapa e o Ibametro, constatando a adequação à Nota Técnica nº 19/2009 do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC, a qual determinou a obrigatoriedade de informações básicas sobre o produto (origem, validade, valor nutricional, peso líquido, fornecedor, endereço, CNPJ, dentre outras).

Decisões Administrativas

Os autos de infração lavrados e as reclamações individuais que não são solucionadas de imediato geram processos administrativos que demandam análises e decisões. No ano de 2009, foram proferidas 2.586 decisões administrativas, um crescimento de aproximadamente 66,30% e 89,03% em relação aos anos de 2008 e 2007, quando foram emitidas, respectivamente, 1.555 e 1.368

decisões. O aumento de decisões se deve, de um lado, às mudanças realizadas na organização e metodologia de trabalho dos servidores e, de outro, à contratação de novos servidores em Regime Especial de Direito Administrativo - Reda.

Caso o exame do processo administrativo aponte a violação de direitos do consumidor, a decisão aplicará as sanções administrativas previstas no art. 56 do dec. 2.181/97, entre as quais se encontra a multa, que será revertida em benefício do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor – FEPC.

Em 2009 foram emitidos 5.202 boletos de cobrança que permitiram ao FEPC arrecadar R\$ 1,6 milhão, sendo 136,65% a mais do que em 2008 (700 mil), 45,00% a mais quando comparado com 2007 (1,1 milhão) e 81,13% (915 mil) de incremento em relação a 2006. Ao término de 2009 o FEPC contava com um saldo de R\$ 5,2 milhões.

Para a melhoria dos serviços prestados pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos ao cidadão consumidor baiano foram realizados investimentos em equipamentos, mobiliário e material de informática da ordem de R\$ 267,6 mil na reestruturação do Procon-BA, sendo R\$ 43 mil para a aquisição de 368 títulos de livros destinados à criação de uma biblioteca, objetivando proporcionar um ambiente de trabalho adequando dos servidores e melhor atendimento ao público.

